



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 151 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 1998 - R\$ 1,00



Liberdade aos presos políticos!

**Crise no Rio expõe o fisiologismo da frente popular.
Rechacemos a frente eleitoreira de colaboração de classes.
Por uma Frente Única Antiimperialista**



Todo apoio à luta revolucionária na Bolívia

GREVE GERAL PARA DERROTAR O PLANO DE FHC!

Quinzena do Movimento Operário

Protesto paralisa a Pierre Saby

Os funcionários da Pierre Saby, em Santo André, fizeram quatro horas de paralisação, contra a decisão da empresa de depositar em Juízo mensalidades sindicais. O sindicato dos Metalúrgicos da região lembrou que já venceu um plebiscito contra o ABC pela representação dos trabalhadores naquela fábrica, que tem 300 empregados.

Petroleiros param por duas horas

Os 7 mil petroleiros do Estado pararam por duas horas suas atividades nas unidades operacionais da Petrobrás, inclusive nas quatro refinarias, exigindo a abertura das negociações sobre participação nos lucros ou resultados (PLR) e protestar contra a fixação dos turnos de trabalho e implantação unilateral do plano de cargos e salários.

Frentistas fizeram greve arrastão nos postos da Capital

Assembléias dos Frentistas da Capital organizaram piquetes para a 'greve arrastão', com o objetivo de cobrar o tíquete-refeição, cesta básica e vale-transporte nos postos que cortaram o benefício em março. Segundo o Sindicato dos Frentistas, 1.000 dos 2.100 postos da capital cortaram o tíquete, ou a cesta básica ou o vale-transporte. Os Frentistas reivindicam ainda reajuste de 10% nos salários, tíquete-refeição de 6 reais, jornada semanal de 40 horas, convênio médico e manutenção das cláusulas sociais. Conseguiram arrancar dos patrões 4,5% de reajuste e tíquete-refeição de 6 reais.

Comissão recusa proposta da Cofap

A Comissão que negocia pelos funcionários da Cofap e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André rejeitaram proposta da Cofap de 900 reais - 400 reais em 20 de maio e 500 reais em 18 de dezembro e ameaçam parar suas atividades.

Operário pára por salário na Mebrasi

Os 60 trabalhadores da Mabrasi, de Vargem Grande Paulista, pararam suas atividades, reclamando o pagamento dos salários que estão atrasados desde janeiro.

Borracheiros rompem negociação com os patrões e aprovam paralisação

O sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo romperam as negociações com a direção da Goodyear e, em assembléias, a categoria aprovou paralisações nas principais empresas da base. As assembléias realizadas segunda-feira na Firestone, terça na Pirelli e quarta na Goodyear decretaram estado de greve nas três fábricas, que empregam 8.400 funcionários. Os trabalhadores rejeitaram proposta das empresas, de alteração nos turnos e apresentaram contraposta reivindicando antecipação das negociações da data-base (1º de junho), aumento real, participação nos lucros ou resultados (PLR), jornada de 40 horas semanais e manutenção das cláusulas sociais.

Marceneiro pára na felgueiras

Os 80 funcionários da Felgueiras, localizada na Vila dos Remédios fizeram uma paralisação protestando contra a não-participação nos lucros ou resultados e do convênio-médico.

Metalúrgicos da Ford fazem protestos e paralisações contra ameaça de demissões

Os Metalúrgicos da Ford em São Bernardo fizeram uma série de paralisações e obrigaram a empresa a rever sua intenção de demitir funcionários durante as férias coletivas que estavam marcadas para este mês. Os patrões obrigam os funcionários a tirarem férias coletivas e depois mandam cartas de demissão em suas casas. Os trabalhadores ameaçaram entrar em greve por tempo indeterminado, caso haja demissões. As férias coletivas foram canceladas.

Em greve, funcionários da Intelco exigem atrasados

Funcionários da Central de bip da Intelco S/A deflagraram greve desde o dia 06.04, em protesto contra o atraso no pagamento de salários. A empresa não pagou os salários de fevereiro e março, deve o 13º salário, férias, vale-transporte e não deposita o FGTS há quatro anos.

Operários demitidos ocupam fábrica e cobram dos patrões os 40% do fundo.

71 operários demitidos da Iderol, fábrica de carrocerias especiais, com 400 empregados, em Guarulhos, ocuparam a fábrica para exigir o depósito bancário da multa dos 40% do Fundo de Garantia. O patrão foi obrigado a liberar o dinheiro.

Greve garante PLR na Profama

Funcionários da Profama, fabricante de máquinas em Guarulhos, voltaram ao trabalho após três dias de greve para reivindicar o pagamento de 600 reais de participação nos lucros ou resultados (PLR). Diante da greve, o patrão teve que ceder e pagar o que devia aos funcionários.

Protesto breca produção de geladeira na Multibrás

Protesto dos 1.100 metalúrgicos da Multibrás em São Bernardo do Campo breca a produção de mais de 400 geladeiras, em quatro horas de paralisação. Parar a produção é a forma que os trabalhadores têm para garantir a participação nos lucros ou resultados (PLR) de no mínimo um salário médio da fábrica de 1.280 reais.

GREVE NO JUDICIÁRIO FEDERAL

A greve dos funcionários da Justiça Federal, que já está completando um mês, tem demonstrado que os trabalhadores estão dispostos a resistir aos ataques do governo as suas condições de vida. Prova disso foi o ato realizado na Av. Paulista, onde nós da Corrente Proletária do Judiciário levamos efetivamente nosso apoio à greve participando de suas atividades e com panfleto chamando a unidade de todo funcionalismo público. Somente a unidade na luta poderá barrar as reformas anti-nacional e anti-populares de FHC.



Crise no PT e ruptura na frente eleitoral

A decisão favorável à candidatura de Wladimir Palmeira na Convenção do Rio de Janeiro desatou a crise latente no partido e atingiu o acordo que soldava a coligação PT/PDT, Lula/Brizola. O frentismo eleitoral burguês adotado pelo PT só poderia levar a tal situação. O partido, que se diz dos trabalhadores, não tem independência política diante dos demais partidos da burguesia. A sua estratégia de chegar ao poder através de uma frente popular, que adapta a tática frentepopulista adotada pelo estalinismo na década de 30, implica se submeter ao capricho dos partidos burgueses opositores ao governo.

A idéia original do PT, para as eleições presidenciais desse ano, era a de constituir uma frente mais ampla do que a das eleições de 1989 e 1994. Partindo da experiência dessas duas últimas campanhas, a posição majoritária da direção petista foi de que as derrotas se deveriam ao caráter muito estreito da frente popular. Desta vez almejava-se ampliá-la para o PMDB, ou parte do PMDB, e PDT. Não faltaram petistas desejosos de trazer para tal frente ampla uma parcela do próprio PSDB, partido esse considerado no passado recente "progressista". Assim, o PT vacilou em lançar a candidatura de Lula, que comparava como estorvo a uma articulação denominada de centro-esquerda.

Lula foi o mais renitente adversário de sua própria candidatura, uma vez que estava convencido da necessidade da frente ampla burguesa opositora e temeroso de uma terceira derrota comprometer sua vida política.

O PMDB acabou aprovando o apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, permanecendo, portanto, na coligação PSDB/PFL, pró-imperialista. Tudo indica que a sua convenção oficial de junho não mudará esse rumo.

O PDT veio de encontro ao PT somente depois de ter sofrido duas fragorosas derrotas eleitorais, tendo o caudilho Brizola como candidato à Presidência da República. E como não poderia deixar de ser, impôs suas condições. Uma delas era a de que o PT renunciasse à candidatura ao governo do Rio de Janeiro e apoiasse o PDT. A direção nacional petista aceitou, mesmo sabendo que haveria resistência no Rio de Janeiro, dada a rivalidade eleitoral entre os dois partidos nesse Estado.

O PCdoB, durante a maior parte do tempo, trabalhou contra a candidatura de Lula e se colocou na perspectiva de uma frente ampla em torno de uma candidatura originária do PMDB, que poderia ser Itamar Franco ou Requião. Os estalinistas pressionaram violentamente o PT a ir ao máximo para a direita, juntando-se à ala mais reacionária da Articulação (corrente política majoritária do PT).

O PSB, sob o comando do governo de Pernambuco, Miguel Arraes, agiu como mais uma infantaria de combate à candidatura de Lula. Também estava pela frente com o PMDB.

O PPS, ex-PCB, que antes participou da frente popular, se utilizou de Ciro Gomes para manobrar contra a candidatura Lula e formar a tal da frente ampla.

O curioso nesse jogo é que o PDT foi o único partido interessado em bancar a candidatura Lula, admitindo o rebaixamento de Brizola à condição de vice-presidente na chapa. O brizolismo teve plena compreensão de que uma frente ampla com o PMDB o colocaria numa relação muito mais subalterna do que na aliança com o PT. É bem provável também que a velha raposa, caudilho do PDT, previsse o fracasso da tal candidatura de centro-esquerda. O fundamental é que, na frente com o PT, o PDT poderia exigir determinadas condições eleitorais para as alianças estaduais.

O desenlace da convenção peemedebista jogou por terra a aspiração de frente ampla, cultivada do PT ao PSB. Lula não teve outra saída senão admitir sua candidatura e o PDT se fortaleceu como o segundo pilar da frente possível. O PCdoB recolheu suas cartas distribuídas entre os peemedebistas e voltou ao ninho da frente popular, acrescida apenas do PDT. O PSB de Arraes fez o mesmo. Restava apenas cumprir os acordos de cúpula para que se tornasse definitiva a frente em torno de Lula/Brizola.

Um espinho na garganta da aliança, porém, continuava a ameaçar o respiro do acordo cupular. No Rio de Janeiro, Wladimir Palmeira, juntamente com algumas correntes de esquerda, a exemplo do O Trabalho, liderava a resistência contra a eliminação de sua candidatura em favor da de Anthony Garotinho (PDT).

Em março, foi lançado um panfleto denunciando a corrupção do brizolismo no estado do Rio de Janeiro. Brizola ameaçou romper a frente. Lula e Zé Dirceu saíram irados contra os petistas opositores do Rio. E a direção nacional do PT pediu desculpas a Brizola e condenou o panfleto.

O maior problema, entretanto, estava por vir. A direção nacional achava que a ala Wladimir Palmeira seria derrotada na convenção dos dias 25 e 26/4. Surpreendentemente, o caldo entornou. Brizola declarou que já não mais tinha qualquer compromisso aliancista com o PT. No Rio Grande do Sul, o PDT desfez o acordo, lançando sua candidatura a senador. Lula pronunciou que não aceitará ser candidato sem a frente com o PDT. José Dirceu atacou o resultado da convenção do Rio e anunciou que a executiva tudo fará para reverter a candidatura de Palmeira. Deputados federais, como Eduardo

Jorge, José Genoíno etc, se utilizaram amplamente da imprensa para excomungar os rebeldes do Rio de Janeiro.

Vieram à luz as mais diversas soluções, como intervir no diretório do Rio, anular a convenção através de uma resolução aprovada na Convenção Nacional e até mesmo Lula apoiar a candidatura do PDT à revelia da candidatura de Wladimir. Não faltaram ameaças, veladas ou abertas, de ruptura com a ala rebelde, colocando-a fora do partido.

Estamos justamente no momento de crescente pressão contra a convenção do Rio. O PCdoB e PSB se uniram ao PDT exigindo imediata solução. A possibilidade de ruptura da frente coloca como um curso provável o PDT lançar Brizola à presidência e a arrastar atrás de si o PCdoB e PSB. Já existem no PT vozes que admitem uma candidatura de Brizola apoiada pelos petistas. Até o momento essa alternativa parece como fator de pressão para reverter a convenção do Rio.

Uma ruptura dessa débil frente é problemática, tanto para o PT quanto para o PDT. As cúpulas partidárias tudo farão para não se consolidar o rompimento. A direção do PT já está jogando pesado contra a convenção do Rio e poderá anulá-la, se não se conseguir um acordo de bastidores com Wladimir Palmeira e seus aliados.

O desfecho de ruptura ou de manutenção da frente às custas da anulação da Convenção do Rio já não tem importância, pois tratam-se de duas variantes da política burguesa oposicionista. O que interessa é mostrar à vanguarda e aos trabalhadores a que ponto o PT se subordinou às tradições da política burguesa. E continuar a denúncia contra o PCdoB estalinista que trabalha com a tática de frente ampla, que significa arrastar por trás aos partidos da burguesia as organiza-

Nacional



ções operárias.

O PT é um partido integrado à ordem capitalista. Diferencia-se dos demais partidos pelo fato de controlar a Central Única dos Trabalhadores e uma parcela significativa dos sindicatos e movimentos populares. O que coloca-lhe nas mãos a tarefa pró-capitalista de traição aos trabalhadores.

De nossa parte, combatemos frontalmente a política de traição do re-

formisimo, que é a política de frente popular. Levantamos a estratégia e a tática da revolução proletária. A essência do nosso método é o da ação direta (greves, manifestações, ocupações etc). As eleições são secundárias e subordinadas ao avanço da luta revolucionária pela derrubada da burguesia pela via insurrecional.

O método do Partido Operário Revolucionário é o de partir das reivindicações mais elementares das massas

oprimidas, defendendo-as radicalmente contra a exploração capitalista, para elevar o movimento do proletário à luta política pelo poder do Estado. Rechaçamos os reformistas traidores e toda manobra destinada a criar ilusões eleitorais nas massas. Colocamos para a vanguarda e todos os trabalhadores a tarefa de superar a crise de direção construindo o Partido Operário Revolucionário.

Nacional

Contra o salário mínimo de fome, contra o desemprego crescente e contra o Plano antinacional e antipopular de FHC: Organizar a greve geral por tempo indeterminado

Os resultados da aplicação do Plano pró-imperialista pelo governo da coligação PSDB/PFL/PMDB/PB/PTB estão à vista: desemprego em massa, arrocho salarial, destruição da Previdência estatal, quebra da estabilidade do funcionalismo, implantação do trabalho temporário, abolição de conquistas sociais, sucateamento da educação e saúde públicas, desnacionalização crescente da economia, entrega das estatais ao grande capital e agigantamento do endividamento interno e externo. Tudo isso em nome da tal estabilidade monetária, ou seja, do controle da inflação.

A aplicação de um Plano tão violento é uma imposição do grande capital internacional, totalmente assimilado pelo governo e aceito pela burguesia brasileira. Muitos se perguntam por que o governo FHC só tem essa alternativa para a crise econômica. A resposta está em que se trata de uma crise geral do capitalismo. E a burguesia não tem outra solução senão submeter cada vez mais a economia interna aos interesses do capital financeiro internacional, descarregando inteiramente a desagregação

econômica sobre os trabalhadores.

É próprio do capitalismo atacar a vida das massas. O que não é próprio é as direções sindicais colocarem os sindicatos a serviço desse ataque. O acordo da Força Sindical com o patronato que reduz salários e o da CUT que elimina conquistas sociais, a exemplo do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, mostram a capitulação das direções burocráticas ao Plano do governo.

Para acobertar a subserviência, a burocracia da CUT/PT tem organizado um movimento ultra-minoritário para pressionar o Congresso Nacional (Parlamento), por meio de caravanas, abaixo-assinados, plebiscitos e, agora, a tal da consulta popular. Vestindo esse disfarce oposicionista, os burocratas acabam por se ajoelhar diante das decisões do Congresso e implantação do Plano de fome e miséria. Daqui para frente, toda essa gente se empenhará na campanha eleitoral. Utilizará a fome e a miséria dos trabalhadores para fazer demagogia e pedir votos. E apresentarão falsas alternativas para a crise capitalista.

Enquanto os burocratas estão arquetetando a inócua consulta popular, chamado "Projeto Popular para o Brasil", o governo ataca o movimento dos sem-terra pelo fato deste se utilizar do método das ocupações. Enquanto os burocratas estão coletando milhões assinaturas para as emendas populares, o governo aplica o Plano de destruição de postos de trabalho e impõe um salário mínimo de 130 reais. Enquanto os burocratas iludem os educadores e estudantes com a bandeira de um milhão assinaturas para o Plano Nacional da Entidades, o governo destrói o ensino público e gratuito. Enquanto os políticos arrastam a militância a colher assinaturas pela suspensão do

Plano de privatização de FHC, o governo está entregando as estatais ao capital imperialista. Enquanto os burocratas reformistas iludem o povo com democratização do capitalismo, os latifundiários organizam suas milícias armadas para assassinar camponeses pobres.

O enfrentamento com a crise capitalista e com a política antioperária do governo se dará no terreno da mobilização, das greves e organização dos comitês de base por todo o país. Os trabalhadores terão de rejeitar a linha colaboracionista das direções burocratizadas e exigir a convocação de assembléias sindicais e populares para aprovar um plano de luta e organizar a greve geral por tempo indeterminado. A organização da greve geral deve ser a bandeira desse primeiro de maio.

Pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC!

Contra o desemprego: escala móvel das horas de trabalho

Por um salário mínimo de 1800 reais!

Em defesa do estatismo, contra a privatização!

Controle operário da produção!

Fim da repressão ao MST, punição dos assassinos, expropriação dos latifúndios sem indenização e entrega das terras aos camponeses pobres!

Por um governo operário e camponês, ditadura do proletariado!

Abaixo o colaboracionismo das direções sindicais burocratizadas!

Não ao eleitoralismo enganador!

Fora com os métodos distracionistas de pressão parlamentar e abaixo-assinados inócuos!

Organizar a greve geral por tempo indeterminado!

Constituir uma Frente Única Antimperialista, sobre a base de comitês de mobilização!

(Distribuído no 1º de Maio de 1998)



17 de abril: dois anos do massacre dos sem-terra de Eldorado dos Carajás

É preciso constituir Tribunais Populares

Há dois anos da chacina dos camponeses de Eldorado dos Carajás (PA) e a impunidade dos assassinos é a lei que vale para o regime. Anteriormente, houve a matança em Corumbiara (RO). Agora, fazendeiros do Pará acabam de assassinar mais dois líderes do MST, Valentin Serra e Onalício Araújo Barros. Tudo passará em brancas nuvens.

A única resposta possível é constituir um Tribunal Popular, saído da classe operária e dos camponeses. Não se trata de uma teatralização como se tem feito até agora, mas de uma ampla mobilização entre os explorados contra a violência reacionária dos latifundiários. Os protestos não devem se limitar à denúncia da impunidade, devem apresentar respostas políticas à opressão burguesa. A criação de milícias pelos latifundiários é um indicador de que recrudescerá os ataques contra os camponeses.

O ato do dia 17/4, em São Paulo

A passeata saiu da Sé e foi reprimida pela tropa de choque em frente à Bolsa de Valores. Mesmo assim, o governo não conseguiu dispersar a manifestação, que seguiu em direção à Praça Ramos.

O ato se realizou denunciando os assassinatos no campo, a miséria que assola os grandes centros urbanos e a política governamental de quebra da Previdência, privatização de empresas estatais e fim das conquistas sociais, particularmente da aposentadoria. Do PT ao PSTU, o discurso era o mesmo. Do MST ao CMP, também não diferia. Todos se limitaram às denúncias.

Em seguida ao ato, o representante do MST, Gilmar Mauro, conduziu a chamada assembléia popular. Ou seja, um conjunto de propostas, acordadas pelas direções dos partidos reformistas, dos movi-

mentos populares e dos Sem-terra, foi lido e votado pelos manifestantes.

Eis aqui algumas delas: 1) Realizar uma marcha/jornada de protesto, para mobilizar amplos setores sociais; 2) Descobrir formas de multiplicar comunicação de massas, ou seja, assumir o compromisso de multiplicar rádios e TVs comunitárias, criar jornais unitários; 3) Realizar atividades permanentes de formação de quadros, em todas as organizações; 4) Transformar a campanha eleitoral num grande movimento político de debate e mobilização para um projeto alternativo; 5) Trabalhar para multiplicar as discussões e divulgação da cartilha sobre o "Projeto Popular para o Brasil". Em seguida, foi apresentada a proposta de se realizar acampamentos em frente aos supermercados. Diziam as lideranças do ato que no primeiro momento deveria ser uma ação simbólica de pressão ao governo contra a fome e o desemprego.

A assembléia só contou com essas propostas já previamente acordadas entre os dirigentes. No seu término, houve a distribuição da cartilha, que segundo eles, deverá ser o guia para os debates em grupos.

Uma assembléia popular sob a orientação das posições reformistas

A assembléia popular tinha a função de apresentar as propostas do "Projeto Popular para o Brasil". Um guia para o eleitoralismo do próximo período.

Logo no início da cartilha, a Comissão Nacional da Consulta Popular sobre o projeto popular para o Brasil diz que esta foi preparada em dezembro de 1997 e concluída numa reunião nacional em Itaici. Segundo ela contou com a participação de militantes do movimento sindical, CMP, MST, Igreja, partidos políticos e intelectuais.

No capítulo sobre as eleições em 98, destaca: "Os participantes da reunião foram unânimes em afirmar que devemos aproveitar a campanha eleitoral para realizar um verdadeiro movimento político, um verdadeiro Mutirão Nacional, de debate do Projeto Brasil. Ou seja, não se trata de debater apenas o nome do candidato ou o seu plano de governo. Precisamos debater sobre o futuro de nosso povo". Por aí fica mais do que evidente de que se trata de puro eleitoralismo. O Projeto Brasil é o programa reformista do PT e de sua frente eleitoral.

Apesar da fachada democrática de elaboração, consulta e divulgação, a cartilha de consulta popular está na contramão das necessidades dos explorados. Primeiro, porque ilude as massas com a possibilidade de um Projeto Popular ser imposto através do voto dos eleitores. Segundo, porque apresenta aos oprimidos propostas de reforma ao sistema de exploração do trabalho. A posição que subordina os movimentos sociais às urnas e às ilusões no parlamento desvia o caminho da luta revolucionária dos explorados.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Liberdade para os presos políticos

Os dez presos políticos fizeram uma greve de fome para exigir a expulsão do país e a liberdade do brasileiro. São dois argentinos, Horácio Paz e Humberto Paz; dois canadenses, David Spencer e Christine Lamont; cinco chilenos, Maria Emilia Marchi, Pedro Lembach, Ulises Gallardo, Sérgio Urtubia, Héctor Ramón Tapia e um brasileiro, Raimundo Costa Freire.

Os presos políticos participaram em 1989 do sequestro do empresário Abílio Diniz. Uma ação política de um

grupo foquista. O fracasso da atividade resultou na condenação de 26 a 28 anos de prisão. Já cumpriram mais de oito anos e reivindicam a expulsão dos estrangeiros e a libertação do brasileiro.

Dessa forma, não se trata de bandidos, como têm propagandeado os porta-vozes burgueses. Os verdadeiros bandidos estão impunes. São os assassinos dos sem-terra em Corumbiara, Eldorado dos Carajás, dos meninos da Candelária, são os que roubam os cofres públicos contra os trabalhadores, os que impõem o salário mínimo de fome e instituem os planos econômicos gerando o desemprego e miséria. Estes são os protegidos pelas leis e pelo Estado burguês.

Os bandidos são os exploradores e contra esses é que lutamos.

A greve de fome é um instrumento para pressionar o governo a tomar imediata decisão. A suspensão da greve se deu em função dos procedimentos de concessão do regime semi-aberto e não da expulsão dos estrangeiros e muito menos da liberdade do brasileiro. Porém, para o cumprimento dessa concessão há uma série de obstáculos, a exemplo de obtenção de emprego.

A defesa da liberdade dos presos políticos, independentemente de nossa discordância com o método foquista, ainda permanece.

Nacional

Fome e saque

A declaração de alguns bispos em favor de saques em supermercados e armazéns causaram polêmica entre o governo e a Igreja. Ocorre que, com a seca no nordeste, o flagelo da fome obriga que os trabalhadores busquem comida onde ela estiver.

No dia 16 de abril, cerca de 400 famintos, na Paraíba, tomaram um armazém da Comunidade Solidária, pertencente aos órgãos públicos, e o saquearam. Também recentemente, nesse mesmo Estado, famílias esfomeadas invadiram uma escola apossando-se dos mantimentos destinados à merenda escolar.

O prolongamento da seca, a ausência de trabalho e a miséria crônica que persegue milhões de nordestinos os lançam ao método da expropriação. O pronunciamento dos bispos em favor dos saques não faz senão reconhecer a realidade existente. Mas seu verdadeiro conteúdo é o de alertar o governo para amenizar a situação de fome e evitar a rebelião dos famintos.

Os saques servem apenas para resolver momentaneamente a fome de uma parcela. E é preciso defendê-lo sem nenhuma condição. Em primeiro lugar, está a vida dos que trabalham e são espoliados pela burguesia. Mas a resposta ao problema da fome não pode se circunscrever a ate-

nuantes como esse. Os camponeses famintos terão de desapropriar os latifundiários, ocupando as terras e controlando os meios de produção.

Os famintos não se localizam apenas no polígono da seca. Nos centros urbanos, a fome é tão crucial quanto no sertão nordestino. Com o desemprego crescente, o agravamento das condições de vida das massas se tornou insuportável. Assim, as tendências de explosão social estão latentes entre os explorados.

A defesa do saque contra a fome deve vir acompanhada das bandeiras que solucionem de fato a miséria.

Contra o desemprego, escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos os trabalhadores, de forma que reduza a jornada de trabalho sem reduzir os salários). Contra a miséria, salário mínimo real de 1800 reais, protegido pela escala móvel de reajuste salarial. Contra a destruição dos serviços públicos, defesa da aposentadoria por tempo de serviço, educação e saúde estatais únicas sob o controle dos trabalhadores. Contra a expulsão dos camponeses das terras, defesa da expropriação sem indenização dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses.

Correspondência:

"Lula:

O que você demorou tantos anos prá construir, você mesmo destruiu em poucos meses.

Não digo "que lástima"! ao povo brasileiro, porque com certeza ele encontrará outros líderes (melhores e maiores).

Digo "que lástima!" pra você, porque deve ser horrível ser o judas de todo um país. Você deve estar se sentido muito mal.

O 1º judas se enforcou, não aguentando a barrra de ser um traidor. Mas eu toquei nesse assunto só por tocar..."

PT Saudações"

Nossa Resposta

Não se trata de lastimar frente a degenerescência política de uma liderança operária. Trata-se sim de combatê-la. A história do movimento operário está cheia de exemplos de lideranças que se venderam e se integraram na política burguesa. Trata-se de um fenômeno de burocratização e corrupção de ativistas do movimento sindical.

O caso particular de Lula ressalta porque este foi projetado por um partido que se diz dos trabalhadores, mas que na realidade faz parte da ordem capitalista.



Barrar a Reforma educacional do governo é lutar pela existência do ensino gratuito e contra as demissões

1. Banco Mundial e BID ditam a reforma educacional no Brasil

A Reforma da educação, que vem sendo implantada em todo o país, está sendo financiada, em grande parte, pelos grandes empréstimos externos, Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a mesma que emprestou e determinou os acordos MEC-USAID, da década de 70). Além de financiadores, são os que determinam as diretrizes de tal reforma para o governo brasileiro. Trata-se, assim, de uma Reforma que vem de fora do país e é imposta de acordo com o modelo neoliberal desses credores.

Os financiadores ditam as normas a ser seguidas pelo governo. Uma das "recomendações" é a "descentralização" do sistema de ensino. Outra é a avaliação e a chamada "participação da comunidade". Não é por acaso que a Reforma Educacional em São Paulo tem essas mesmas recomendações. Para os financiadores, o Estado brasileiro gasta muito para manter o ensino gratuito. Por isso, determinou a descentralização, para que as comunidades escolares e as empresas possam também arcar com os custos. Desobrigando, dessa forma, o Estado com a manutenção de boa parte do ensino médio e da totalidade do ensino superior. Por outro lado, o "desperdício" do dinheiro com a evasão e repetência seria solucionado com as facilidades para a promoção automática. Eis aí a recuperação de férias, reforço, os ciclos, a reclassificação de alunos por idade, as dependências para o ensino médio, os parâmetros curriculares etc. Com esses mecanismos, vendem a imagem de que a escola é de melhor qualidade e os altos índices de repetência (fruto da má qualidade) são transformados em taxas extremamente baixas.

O governo reformula o ensino para atender as exigências dos financiadores de que o Estado deverá se livrar de boa parte da responsabilidade de sustento da escola pública. Para isso, determina as metas, traça os mecanismos de derrubada dos altos índices de evasão e repetência e, ao mesmo tempo, exige corte de gastos com os trabalhadores da educação. A demissão é um dos aspectos fundamentais dessa reforma. Está aí por que Covas decreta a avaliação desempenho, reduz a grade curricular e está pronto para entregar no mínimo 600 horas do ensino médio para as empresas privadas (a chamada

parte diversificada do currículo). Isto é, os credores exigem que os governos estaduais demitam ao máximo e criem as condições para que as parcerias sejam efetivadas em curto prazo. Parcerias estas com os municípios, com as comunidades escolares e também com a iniciativa privada.

Numa entrevista com Nancy Birdsall, vice-presidente do BID, diz: "O Brasil nos pediu para fazer um grande programa de educação secundária em nível estadual". Está falando da reformulação do ensino médio. Essa é prova contundente de que os "elaboradores" da reforma educacional no Brasil estão nesses organismos financiadores. Por outro, é importante frisar a exigência desses organismos de que o Estado só se responsabilize com a educação primária. Os demais níveis devem ser em parte ou totalmente privatizados.

Para esses credores, que necessitam de emprestar as altas somas de dinheiro, a elaboração das diretrizes é essencial. Isso porque garante que o Estado possa pagar as dívidas contraídas. O "enxugamento", o tão decantado "Estado mínimo" nada mais é do que desobrigá-lo com os serviços públicos (educação é um deles) para que possa cumprir com as metas de pagamento da dívida externa.

2. A farsa da autonomia das escolas

O governo Covas publicou as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, um documento com 87 artigos que ditam as regras para o funcionamento das unidades escolares. Propagandeia a idéia de que as escolas terão liberdade para discutir e aprovar o seu próprio regimento. Nada mais falso. As escolas farão o seu regimento seguindo as Normas traçadas pela Secretaria da Educação. A aprovação do regimento escolar depende da aceitação da Delegacia de Ensino. Eis algumas das Normas que impedem a autonomia das escolas:

a) O Conselho de Escola e os Grêmios são "articulados" pelo núcleo diretor e têm legislação própria. Ou seja, a escola não pode mudar, por exemplo, a composição do Conselho ou estabelecer um grêmio livre desvinculado do poder dos diretores;

b) O regimento deve obedecer a LDB. Isto é, tem de submeter a essa legislação, que determina os rumos da reforma privatista do ensino;

c) A elaboração do Plano de Gestão da Escola deve estar conformado nos critérios estabelecidos pelas Normas. Ou seja, criar condições para o sustento da escola, para a avaliação, reforço e

recuperação intensiva de férias;

d) Determina que o ensino fundamental seja em ciclo. Por isso, fala em Ciclo I e II. Que a classificação dos alunos seja por progressão continuada, no final de cada série. E que haja a promoção ao final de cada ciclo.

e) Estabelece que no ensino médio haja as dependências de até três componentes curriculares.

f) Que a reclassificação dos alunos em série mais avançada seja sob a base das matérias do núcleo comum. Que pode ser reclassificado, com defasagem de conhecimento, suprimindo através de recuperação;

g) Institui a recuperação intensiva no período de férias e o reforço no recesso;

i) Impõe a avaliação dos educadores, como elemento fundamental do processo educacional.

j) Determina a presença do ensino religioso nas escolas.

l) Põe nas mãos do diretor da escola a assinatura de convênios e parcerias com empresas.

Como se vê, essas são algumas das Normas Regimentais impeditivas à verdadeira autonomia das escolas. Ao contrário, as escolas continuarão sendo centralizadas pelos órgãos do Estado. Cabendo unicamente às escolas, através de seus conselhos, arrumar recursos para a manutenção. Haja vista que o Estado já definiu que não haverá ampliação de mais verbas para o ensino público.

3. A avaliação desempenho é para demitir professores

A Reforma do ensino determina a avaliação dos educadores. Já fo-



ram realizadas duas avaliações, uma em 1996 e outra em 1997. Segundo o governo, na primeira, as notas foram muito altas, o que mostrou um acentuado desvio. E o motivo apontado foi a "insegurança dos servidores (avaliadores e avaliados) em relação ao processo e ao caráter inédito da iniciativa". A média na primeira foi de 92 pontos e na segunda caiu para 73,9.

De fato, na segunda avaliação, as notas foram baixas. O que provocou pânico entre os professores. A quantidade de recursos contra as notas foi imensa, o que levou o governo a esclarecer o objetivo da mesma.

No comunicado, publicado em DO de 23/4, o governo elabora uma série de perguntas sobre a avaliação e ele mesmo responde. A pergunta dois é a seguinte: "E se o desempenho do servidor não corresponder ao esperado, ele pode ser demitido?". Resposta: "Existe essa hipótese, se ele for acumulando baixos desempenhos em suas avaliações". Em seguida, tenta amenizar dizendo que é preciso que se regulamente a Reforma Administrativa. Está falando da parte da Reforma que extingue a estabilidade dos servidores efetivos. A estabilidade dos professores e funcionários efetivos já foi abolida com a votação da Reforma Administrativa no Congresso Nacional. Na verdade, o que falta são os trâmites burocráticos para sua implementação.

Como vemos, a avaliação tem uma única função: demitir uma boa parcela de professores (aqueles que não seguem a cartilha dos diretores e da Reforma privatista) e contratar mão de obra por tempo determinado, como prevê o decreto de demissão dos ACTs. A avaliação é o instrumento da Reforma para submeter os educadores aos ditames da destruição da escola pública.

4. Governo impõe decreto para demitir os ACTs

O decreto de demis-

são dos ACTs é claro: a mão de obra temporária deve ser dispensada no final do ano letivo. Ou seja, o contratado prestará serviços por um prazo determinado.

Essa é uma das minas de ouro do governo. Só em São Paulo são mais de 120 mil ACTs. O governo contrata em meados de fevereiro, conforme as suas necessidades, e demite no final do ano letivo (por volta de 20 de dezembro). Com isso, economiza parte do 13º salário, não paga as férias integrais e deixa sem pagamento no mínimo 10 dias de fevereiro, para aqueles que conseguirem aulas logo na primeira atribuição. Sem dizer que, para efeito de aposentadoria, o ACT perde dois meses a cada ano trabalhado. Portanto, está fora da aposentadoria especial por tempo de serviço (25 ou 30 anos).

A demissão dos ACTs provocou o aumento do descontentamento da classe. O que forçou as direções sindicais a improvisar um ato na Assembléia Legislativa.

5. A burocracia sindical se submete à Reforma do Ensino

Os dirigentes sindicais (CPP, Udemo, Apase e Apeoesp), com apenas diferenças de graus, uns mais pró-reforma ou menos, todos têm facilitado a implantação da Reforma destruidora da escola pública.

No caso da diretoria da Apeoesp, que às vezes esbraveja contra aspectos da Reforma, não preparou a classe para a resistência coletiva. O método das negociações de cúpula, das pressões aos deputados, dos abaixo-assinados, aerogramas e caravanas mostrou o quanto sua política está comprometida com a Reforma do governo. Isso porque facilitou a implantação das medidas sem que houvesse uma ação decidida da classe contra as mesmas.

Não é por acaso que o magistério se encontra descontente, porém desacreditado da possibilidade de barrar a ofensiva governamental. O fato da diretoria cancelar as assembleias, impedir a democracia nas instâncias de decisão do sindicato, contratar capangas para bater em professores e recorrer a Justiça burguesa para condenar seus opositores é prova cabal de sua política conciliadora com o governo. Ou seja, elimina a democracia sindical para fazer valer sua política de barganhar aspectos de uma Reforma que tem como essência a destruição de parte do ensino gratuito.

Essa política das barganhas não tem surtido nenhum resultado. Basta que lembremos da época do Plano de Carreira, ficou na comissão e não levou nada. Com a grade curricular, ficou com a responsabilidade de tirar aula de uma disciplina para pôr em outra. Com a aposentadoria especial, cantou de galo com a manutenção da especial, quando o governo já vinculava o tempo

de serviço com a idade. No caso da Avaliação, fica em cima do muro, nem a favor e nem contra, pois discorda somente da forma como é feita. Agora, com a demissão dos ACTs, tenta catar uma migalha junto aos deputados corrompidos. Esse vai-vem da burocracia sindical só espalha descrédito na classe. E, por sua vez, fortalece o governo no seu propósito de implantar a Reforma.

Não tem como separar uma medida do conjunto da Reforma Educacional. As medidas compõem um todo, que é a ampliação da privatização do ensino público. A luta é contra a totalidade da Reforma e, por isso, não tem como barganhar aspectos dela. Se se mantém a essência, continua o governo impondo a privatização e, consequentemente, as demissões. Por sua vez, a luta contra a Reforma do ensino é parte da luta geral contra o Plano antinacional e antipopular, que vem sendo descarregado sobre os ombros dos oprimidos. Ao negar esse caminho, a burocracia sindical está obrigada a colaborar com o governo na implantação das medidas destruidoras da escola gratuita.

6. A mobilização grevista é o caminho para barrar a ofensiva privatista da Reforma da educação

A burocracia sindical se aproveita agora do momento eleitoral para dar ares de radicalidade contra a Reforma do governo. Os atos têm sido verdadeiras tribunas dos politikeiros, que se mostram raivosos contra as medidas de aniquilamento do ensino público. Porém, tudo se desfaz em poucos segundos. Basta que exijamos uma assembleia para aprovar a greve. Basta que reivindicuemos o salário mínimo real de 1800 reais. Basta que se proponha a unidade grevista dos trabalhadores para enfrentar o governo. Rapidamente, a burocracia se recompõe e defende com unhas e dentes os mesmos métodos distracionistas: abaixo-assinados, aerogramas, carvas etc.

Os trabalhadores da educação devem rechaçar a conduta da burocracia e aprovar a greve para de fato conter a ofensiva governamental. Uma greve coesa, que chame a unidade dos alunos e, principalmente, dos trabalhadores explorados. A paralisação, as manifestações de rua e as ocupações indicam o rumo que o movimento deverá tomar para de fato barrar a ação destruidora do Estado sobre a escola pública e gratuita. Ao mesmo tempo, a força da mobilização grevista é o único meio para impor nossas bandeiras e reivindicações de defesa da escola única (único sistema de ensino, fim da rede privada), pública, gratuita, em todos os níveis, autônoma, científica e o seu vínculo com a produção social.



Ceará: Prefeito ataca até mesmo a meia-passagem

A reforma do ensino do governo FHC - Coligação (PSDB/PFL) - é parte das reformas que visam a submeter o país aos ditames do imperialismo. As tentativas cada vez mais resolutas de pôr fim à meia-passagem pelo Prefeito de Fortaleza, Juraci Magalhães (PMDB) mostra como os capitalistas já não podem assegurar sequer pequenas conquistas.

A prefeitura, que abraçou plenamente essa causa, exige o controle (código de barras, smart-card - cartão com chip para controle de passagens) e a dissolução da meia-passagem para favorecer o lucro dos empresários do transporte coletivo. Nesse processo se choca com a resistência instintiva dos estudantes que se enrijece a cada combate.

A tarefa é unificar as lutas e superar as velhas direções

Em meio aos ataques, as atuais direções do movimento estudantil repetem sua afamada história de capitulações. Primeiro foram as direções (PT, PCdoB, e entidades secundaristas AMES, UMES, UEEP E UESF) que se travestiram de combativos, chamando atos contra o fim da meia e o smart-card, para logo em seguida adotarem uma espécie do tão combatido cartão (em substituição ao antigo material - papel). Ao que parece, além

das traições, a encenação teatral é uma de suas maiores virtudes. Nisso tudo o que é bem verdadeiro é que, embora sem chip, esse cartão adotado pelas entidades estudantis fortalece a Prefeitura no seu intuito de criar um portador material para a implantação do smart-card e assim controlar o número de passagens. Mas as traições não param por aqui, agora é a vez do PT, com o seu projeto Lei 297/97 da vereadora Luiziane Lins (DS), que pretende criar uma comissão técnica de fiscalização composta por órgãos do Estado Burguês (Decom, Câmara de Vereadores etc.) e entidades estudantis, com a função de controlar as emissões de carteira do movimento estudantil. O PSTU, que tempos atrás não era contra a idéia de cartão sem chip, saiu na defesa dessa "frente única com o Estado Burguês".

Sob o pretexto de acabar com a corrupção nas entidades, será dado um golpe certo na independência das entidades.

Se aprovado o projeto-lei, o movimento estudantil terá de dividir com os capitalistas o já deficiente controle sobre a emissão de identidades estudantis. Essa proeza, cujo mérito caberia aos pseudo-trotskistas do PT e do PSTU vem ao encontro dos empresários, que não precisarão, para isso, mexer uma palha. Dessa forma, terão meio caminho andado rumo ao

controle da meia, e o que é pior, facilitado pelas próprias direções estudantis! Ao que parece, sob o olhar das atuais direções, a prefeitura é vacilante em controlar a meia, por isso, na falta de melhor burguesia, se candidatarão ao cargo.

O caráter empresarial desse projeto reflete a deformação dessas correntes políticas e coloca na ordem do dia o combate a essas traições. O Partido Operário Revolucionário chama os estudantes a se colocarem contra esse projeto-lei pró-burguês e defende que o fim da corrupção será fruto da superação dessas direções, conciliadoras.

-Só a unidade dos explorados poderá defender consequentemente o ensino público e gratuito e pôr abaixo o Plano de fome de FHC;

- Nada de acabar da meia passagem;

-Estatização do Ensino Privado, sob controle dos trabalhadores e estudantes;

Edição



Uma fração ultra direitista da Igreja

TFP faz campanha contra os sem-terra

Recentemente, uma entidade católica, a TFP (tradição família e propriedade) distribuiu, em algumas regiões, uma cartilha chamada Guia prático de prevenção contra as ocupações. O objetivo é incentivar os latifundiários da UDR a fazerem o que eles já fazem há muito tempo: criar grupos para-militares para reprimir as ocupações.

Na verdade, trata-se de uma casta ligada aos interesses capitalistas; não é à toa que se constitui numa das maiores defensoras da propriedade privada e do capitalismo trabalhando. A cartilha afirma: "a própria lei diz que é legal e legítima a resistência armada" (Jornal do Brasil - 26/03) Com o recrudescimento da luta no campo, fica mais nítida a causa da TFP por detrás do Latifúndio. O evangelho da "paz" é pregado por baixo com apreço à miséria humana (é o

apelo à confiança no Governo e na sua política miserável de assentamentos) por cima a repressão e a contratação de jagunços para reprimir as ocupações é o conteúdo bíblico predominante. O que chama a atenção, no entanto, é que a opinião dessa casta ligada aos latifundiários expressa o abandono (crescente) pela burguesia da via de solução pacífica para domar os sem-terras. Tal via, imposta ao MST, sempre coexistiu com a opinião de parte da burguesia de que só a repressão conteria o Movimento dos Sem-Terra, e é essa tendência que vem se fortalecendo. Não bastam as campanhas anti-ocupações propagandeadas pela imprensa e pelo governo, mas a contratação de jagunços, repressão, prisões das lideranças e assassinatos. É preciso que se diga que a TFP se mantém acobertada pela Igreja católica.

A resposta ao armamento dos capitalistas deve ser a intensificação das ocupações com autodefesa, e principalmente a aliança com o proletariado urbano, única que pode garantir a vitória dos oprimidos do campo e da cidade sobre o capitalismo e distribuir as terras aos camponeses pobres.

Fim do Latifúndio! Terra aos camponeses pobres!

Contra o obscurantismo religioso sobre as massas!

Pela Aliança Operário-Camponesa!

As propostas dos países imperialistas atacam a educação

O governo FHC (PSDB) aplica medidas ditadas pelos países imperialistas (EUA) e ataca a vida das massas em todas as instâncias do social. O governo a cada dia reduz a aplicação de recursos em educação e saúde pública, entregando estes serviços à iniciativa privada. Vende as estatais contribuindo para o aumento do índice de desemprego, agudizando o sofrimento das massas, aumentando a miséria do povo em todo país.

Educação

Em Rondônia, o governo Ralpp (PMDB), vem cumprindo fielmente as medidas imperialistas, pagando salários defasados, atrasados e bloqueando pagamento do FGTS dos funcionários. O Estado de Rondônia foi pioneiro na aplicação do Programa de Demissão Voluntária (PRODEVIR), iniciado entre os anos 91 e 92, contribuindo para o desemprego, que foi agudizado com privatizações de estatais, como o Banco do Estado de Rondônia (BERON); Telecomunicação do

Estado de Rondônia (TELEROIP) que se encontra em processo de privatização e a Companhia de Eletrificação do Estado de Rondônia (CERON), em que o governo do Estado perde parte de sua autonomia sobre esta empresa, sendo entregues ações para o governo federal.

O prefeito Chiquilito (PDT), ao seguir os mesmos ditames do imperialismo, ataca fortemente a vida dos funcionários públicos municipais, exigindo alta produtividade, pagando um salário de miséria que beira o ridículo. Acionando as medidas ditadas pelo Banco Mundial para a educação, estimula a privatização do ensino, põe em prática as parcerias com empresas educativas, terceirizando o serviço, rebaixando os salários, uma vez que a empresa contratada (Escola Objetivo), uma das que mais cresce com franquias em vários Estados da Federação, favorece os empresários capitalistas da educação.

Propomos que o SINTERO e demais entidades de luta se posicionem contra as reformas administrativas de FHC, postas em prática pelo governo Ralpp e o prefeito Chiquilito e demais defensores destas reformas.

A toda essa situação é preciso que respondamos com a luta através dos métodos de ação direta das massas (mobilizações, manifestações de rua, greves, ocupações etc.). É preciso que lutemos pela união operário-campo-

nesa, fortalecendo o MST contra o ataque dos latifundiários. Só esta união é capaz de construir a revolução social e construir a sociedade socialista, pondo fim à bárbarie capitalista. Lutemos também:

Pela Liberação imediata do FGTS dos Servidores Estaduais;

Reposição Imediata dos Salários dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais e Federais;

Por um Salário Mínimo Real de R\$ 1800,00;

Contra a Destruição da Amazônia pelas empresas nacionais e multinacionais (imperialistas);

Em favor das estatais e pela reestatização das já privatizadas;

Contra o desemprego e em favor da escala móvel de trabalho e salário;

Pela expropriação da rede privada de ensino, por uma educação pública, laica e vinculada à produção social;

Pela expropriação dos latifúndios sem indenização e distribuição de terras para os camponeses pobres;

Pela construção dos tribunais populares para pôr fim e julgar os crimes da burguesia (Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Pontal de Paranapanema, Carandiru, Massacre das

Crianças da Igreja de Candelária etc.);

Pela Frente Única Antiimperialista e Anticapitalista;

Pelo governo operário e camponês e pela ditadura do proletariado.

I Seminário Estadual do SINTERO sobre as Mulheres Trabalhadoras em Educação

Este seminário, ocorrido nos dias 18 e 19 de abril na cidade de Pimenta Bueno em Rondônia, congregou cerca de cem mulheres trabalhadoras em educação filiadas ao SINTERO, contando com a presença de alguns homens trabalhadores desta área em maior percentual pertencentes ao corpo diretivo do sindicato.

As temáticas discutidas ao longo do seminário versaram sobre: Análise de Conjuntura, Violência Doméstica e Sexual e Relação de gênero na Educação. Seminários com este

mesmo teor vêm ocorrendo nos vários Estados da Federação sob a orientação da CUT com a finalidade de eleger a coordenação estadual do coletivo de mulheres, para representar o Estado no coletivo em nível nacional.

A forma como se processou o evento evidencia os interesses eleitoreiros carreiristas das lideranças sindicais reformistas. Na abertura, foram convidados, além do presidente do sindicato, um dos integrantes da diretoria, apresentado como candidato a deputado estadual pelo PT/RO (professor Nereu), além do candidato a governador pelo mesmo partido e a professora Fátima Cleide como candidata a deputada federal. Por outro lado, foi vetada a palavra a uma das militantes do POR que se fazia presente, inscrita como delegada no evento.

As ilusões reformistas permearam todo o discurso desenvolvido no semi-

nário, na medida em que são depositadas esperanças de se emancipar a mulher no marco da sociedade capitalista, através de medidas paliativas tais como a reivindicação da fundação da Casa Abrigo para mulheres que sofrem violências domésticas. Ou, contraditoriamente, apesar dos depoimentos e exemplos cotidianos da inoperância das leis burguesas frente às condições dos oprimidos, acreditar que reformas legislativas darão conta de acabar com a opressão da mulher. Estes companheiros ainda não compreenderam que a opressão da mulher é fruto da opressão de classe e que precisam se aliar a esta luta.

Acabar com a opressão da mulher implica em acabar com a opressão de classe em geral (de todos os oprimidos), que será possível, através da revolução social.



Defender o Manifesto Comunista construindo o Partido Operário Revolucionário

O Manifesto do Partido Comunista foi redigido por Marx e Engels e publicado em fevereiro de 1848, portanto fez 150 anos. Esse 1º de Maio deve se constituir em uma manifestação de defesa do Manifesto como um programa da revolução proletária.

Marx e Engels escreveram o Manifesto com o objetivo de construir um partido distinto dos demais partidos operários por ter um programa claramente definido em seus objetivos, princípios e métodos de atuação. Como criadores da teoria do socialismo científico, trabalharam pela organização do proletariado como classe revolucionária capaz de destruir o capitalismo e edificar o comunismo, ou seja, a sociedade sem classes. Assim, o Manifesto é a teoria e o programa emancipadores do proletariado.

Marx e Engels mostram que já em 1848 a burguesia estava constituída em classe opressora e que o proletariado se desenvolvia como classe revolucionária. A luta de classes que esteve na base de todas as transformações históricas, no capitalismo, comparece como o inevitável confronto entre a classe capitalista e a classe operária. É pela luta de classes que o proletariado derrotará os exploradores e tomará o poder do Estado, transformando completamente as relações políticas e as relações econômicas, abrindo assim uma fase de transição entre o capitalismo e o novo sistema comunista, que para se completar historicamente terá de ser mundial.

A luta pelo poder do Estado e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva é a estratégia central do Manifesto Comunista. Para isso, o proletariado terá de superar suas divisões e o domínio ideológico da burguesia sobre a maioria trabalhadora. Não poderá resolver essa tarefa sem constituir o partido da revolução proletária, que já na época Marx e Engels denominaram partido comunista. Nome esse, hoje, manchado pelo estalinismo e por toda traição dos partidos comunistas estalinizados.

A vanguarda operária deve compreender que a obra contra-revolucionária de Josef Stalin, que levou ao processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, não pode ser confundida com o comunismo. Ou seja, não pode ser confundida com os princípios e teoria do Manifesto Comunista.

A atualidade do Manifesto frente ao capitalismo decadente em sua fase

monopolista é mais do que evidente. Somente os adversários mascarados de socialistas vêm no Manifesto uma obra velha e ultrapassada. Mas a atualidade não está somente em relação ao capitalismo que se decompõe e que massacra a vida dos trabalhadores. Está também em relação à contra-revolução e à restauração capitalista na ex-União Soviética, China, Cuba etc. Marx e Engels deixam evidente no Manifesto que o comunismo não poderá ser obra de um só país.

Baseados na compreensão científica de que o capitalismo é um regime econômico mundial, que se constituiu estabelecendo uma interdependência entre os países, interdependência essa que hoje comparece na forma de países capitalistas imperialistas e países capitalistas semicoloniais, Marx e Engels concluíram que a revolução proletária somente por sua forma é nacional, pois no seu conteúdo é internacional. Essa formulação sintética do internacionalismo significa que a revolução socialista começa em um determinado país e se desenvolve rumo à revolução internacional.

O estalinismo com sua tese do "socialismo num só país" colocou a Revolução Russa na contramão do Manifesto Comunista. Não é por acaso que Stalin destruiu a III Internacional, obra essa que surgiu da força mundial galvanizada pela Revolução de Russa de 1917.

É preciso que entendamos essa realidade para identificar o principal problema do momento: a crise de direção revolucionária. De um lado, temos o capitalismo imerso numa nova etapa de crise mundial e de rebelião das massas oprimidas; de outro, o processo de destruição das conquistas mundiais das revoluções proletárias. Realidade essa que mostra um capitalismo agonizante, mas que arranca forças para sobreviver aumentando a exploração dos trabalhadores, agigantando os saques sobre as nações capitalistas atrasadas (semicoloniais), provocando guerras e reintroduzindo as relações de exploração do trabalho nos países em que o proletariado fez a revolução e iniciou o processo de construção do socialismo. Tal situação mostra que o capitalismo na fase imperialista só pode sobreviver com a barbárie social e a contra-revolução.

A destruição da III Internacional pela reação estalinista levou à crise de direção revolucionária, pois des-

truiu o Partido Mundial da Revolução Socialista, que iniciou sua estruturação nos Quatro Primeiros Congressos da Internacional, sob a direção de Lenin e Trotsky. O programa dos Quatro Primeiros Congressos, sintetiza o Manifesto Comunista, desenvolve-o e o ajusta ao capitalismo da fase imperialista. Os estalinistas e reformistas de toda laia que hoje se gabam de comemorar os 150 anos do Manifesto Comunista mais uma vez se mascararam. Não é por acaso que ao falarem da atualidade do Manifesto omitem descaradamente do papel contra-revolucionário dos partidos comunistas estalinistas.

O trotskismo comemora os 150 anos do Manifesto não para fazer homenagens póstumas, que é o que está sendo feito pelos estalinistas e reformistas. O trotskismo toma o fato dos 150 anos para defender junto à vanguarda militante e ao proletariado a construção do Partido Mundial da Revolução Proletária, em cuja base estará o Manifesto do Partido Comunista, os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e o Programa de Transição da IV Internacional. A atualidade do Manifesto está em que é um instrumento para se constituir o Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional. A atualidade do Manifesto está em que é o programa da revolução proletária que nos permite construir o Partido Operário Revolucionário no Brasil.

Viva os 150 do Manifesto Comunista!

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Movimento Operário



Bolívia: agudiza-se a luta de classes

A região de Chapare, onde os camponeses cultivam a folha de coca, está ocupada militarmente. Cinco mil soldados do exército boliviano transformaram Chapare num campo de guerra. Já fizeram uma dezena de mortos, centenas de feridos e presos. Os camponeses transformaram a Vila 14 de Setembro em uma trincheira de resistência contra a invasão militar de Chapare. Para quebrá-la, o exército lançou mão de violenta repressão.

O governo Banzer, conhecido ditador e sanguinário fascista, ameaçou decretar o Estado de Sítio, não só devido à conflagração camponesa, que vai além de Chapare, como também devido à combativa greve dos professores urbanos de La Paz, em cuja direção se encontra a

militância trotsquista do Partido Operário Revolucionário (POR).

Por detrás das mãos de Banzer, está o imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos vêm pressionando há muito o governo a atacar os camponeses plantadores de coca, identificando-os com narcotraficantes, quando os verdadeiros traficantes pertencem à burguesia boliviana e de outros países, inclusive dos Estados Unidos.

O POR boliviano tem se destacado na luta contra todo intervencionismo imperialista, desmascarando os reais narcotraficantes e defendido a vida dos camponeses contra a erradicação das lavouras. O fim do narcotráfico só será possível com o fim do capitalismo de onde nasceu a fração burguesa narcotraficante, que já é mundial. A estratégia do POR é transformar a luta dos explorados em uma aliança operária e camponesa, capaz de derrotar o governo pró-imperialista e conquistar pela revolução o poder do Estado.

É dever de vanguarda mundial e de todos trabalhadores apoiarem a luta dos revolucionários bolivianos.

Obras

Completas de Guilherme Lora, dirigente do POR boliviano.

Acaba de ser publicado o volume XXX das Obras Completas. Trata-se de um monumental esforço para divulgar a luta teórica e programática do POR, construída em mais de 60 anos de sua existência, contra o capitalismo putrefato. É preciso se ter claro que as Obras Completas não são fruto da cabeça isolada de um homem, mas sim do trabalho revolucionário do POR no seio do proletariado e demais explorados. Adquirir as Obras é um dever militante de todos que sinceramente se colocam pela revolução proletária, o que quer dizer pelo internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

Internacional

Dizemos com franqueza

Aprofundar a violência revolucionária para sepultar a violência e governos reacionários

O que buscam a burguesia e seu governo subserviente do imperialismo?

A classe dominante e seu atual governo - atualmente mostra uma inconfundível face fascista - estão empenhados em materializar da melhor maneira a exigência das multinacionais ou imperialismo de manter no país a estabilidade econômica, jurídica e sócio-política, isto por meio do agravamento da miséria extrema, do desemprego massivo, da diminuição dos salários, do desconhecimento das conquistas sociais.

Nesse momento preciso, que é apenas um ponto no meio do processo de convulsão social, a burguesia e seu governo tem formado um só bloco para garantir e inclusive impulsionar as inversões estrangeiras do capital

financeiro, que por isso é colonizador, saqueador e opressor.

Não se pode ignorar que a agudização da luta de classes distingue a situação política atual, que ao se generalizar torna-se em luta política, que por sua própria mecânica coloca no centro da batalha o governo burguês. É por demais sugestivo que a classe dominante, dona do Estado, pretende superar a etapa atual de lutas sociais com ajuda do ordenamento jurídico, isto é, da Constituição política. Isto significa que a clara orientação da política oficial se encaminha para acorrentar as massas, domesticá-las, desarmá-las com ajuda da Constituição, acantonando-as, para que prossiga avançando o mecanismo da exploração e da opressão.

A espada de Damocles do estado de sítio

O governo Banzer é fascista - neste sentido resulta uma prolongação da ditadura ultra-reacionária imposta em agosto de 1971.

Entendemos por ditadura fascista o que está fazendo Banzer: conseguir por todos os meios a despolitização das massas, substituir aos sindicatos por camarilhas manejadas desde cima e na medida do possível estatizá-las, aniquilar fisicamente os revolucionários. Não esquecer que já é conhecido como "Massacrador de Quaresma".

A política antinacional e antipopular só pode ser imposta com métodos fascistas. Claro que o gorila Banzer não dá tudo o que tem pensado pela debilidade momentânea da megacoalição. É claro que o avanço da radicalização obrigará o general fascista mostrar-se de corpo inteiro.

O sítio ronda na cabeça do governo desde que a ação das massas se desencadeou, mas teme que esta medida possa acentuar a resistência popular, o que o obriga a não abandonar o disfarce de "democrata". Contudo, não pode descartar-se por completo seu autoritarismo.

Legislar o uso da violência?

Todos os partidos burgueses são inimigos da violência das massas e astutamente querem regulamentá-la com ajuda da lei.

Para nós as massas devem aprofundar a ação direta até sepultar o gorilismo.

Alguns destas idéias foram colocadas na VT c/4 por Guilherme Lora.

Lutamos pela emancipação nacional (do imperialismo) e social.

Extraído do Masas boliviano nº 1613

